

**MEIO AMBIENTE E USO HUMANO SUSTENTÁVEL****Gisele Odebrecht Noll<sup>1</sup>****João Francisco Noll<sup>2</sup>****Clóvis Reis<sup>3</sup>****RESUMO**

Esse artigo trata das relações humanas para com a natureza e de como o ecoturismo se integra às Unidades de Conservação - UC com impacto mínimo sobre a natureza e máximo sobre a população. Foram objetivos (I) estudar as relações entre a sociedade e a natureza; (II) conhecer as características das unidades de conservação; (III) avaliar a viabilidade do ecoturismo como agente de preservação da natureza; (IV) propor ações que estimulem a conscientização e a proteção ambiental das UC por meio do ecoturismo. A metodologia utilizada caracteriza-se como exploratória e qualitativa, desenvolvida a partir de revisão bibliográfica e da análise e interpretação de documentos. O ecoturismo estimula o bem estar, visando despertar novos interesses na população, gerando a conscientização e, em consequência, a preservação da natureza. Está diretamente referenciado com o conceito de turismo sustentável, que relaciona as necessidades dos turistas e das regiões que os recebem. Também mantém a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida. Propõem-se ações como incentivos fiscais, podendo favorecer o meio ambiente com o intuito de captar e canalizar recursos para o setor ambiental e para o ecoturismo. Entre outras ações propõem-se a melhora na relação entre as UC, as comunidades rurais do entorno e o ecoturismo, pela criação de centros culturais, objetivando preservar tradições locais, expondo-as aos ecoturistas atraídos pela UC.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meio ambiente. Ecoturismo. Desenvolvimento sustentável.

**ENVIRONMENT AND SUSTAINABLE HUMAN USE****ABSTRACT**

*This article is about human relationships with nature and how ecotourism integrates Conservation Units - UC with a minimum impact on nature and a maximum impact on population. The goals were to (I) study the relationship between society and nature; (II) establish the characteristics of protected areas; (III) analyse the feasibility of ecotourism as an agent of nature conservation; (IV) propose actions to improve knowledge and protection of the*

<sup>1</sup> Arquiteta Urbanista - FURB, Mestranda em Desenvolvimento Regional - FURB, Bolsista FAPESC. gi.neo.arq@gmail.com.

<sup>2</sup> Arquiteto Urbanista - UNISINOS, Doutor em Arquitetura – Universidad de Valladolid, Espanha. Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo – FURB. jacitara@furb.br.

<sup>3</sup> Letras – FURB; Comunicação Social – IBES. Doutor em Comunicação – Universidad de Navarra, Espanha. Professor do Departamento de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – FURB. professorclovisreis@gmail.com.

*environment of the UC through ecotourism. The methodology used is characterized by qualitative research, developed from literature review and analysis and interpretation of documents. Ecotourism stimulates well-being, seeking to arouse new interests in the population, awareness generation and, consequently, nature preservation. It is directly related to the concept of sustainable tourism, which refers to the needs of tourists and the regions that receive them. Also maintaining cultural integrity, essential ecological processes, biological diversity and life support systems. Actions are proposed, such as tax incentives that could favour the environment in order to attract and channel resources for the environmental sector and for ecotourism. Other measures to improve the relationship between UC, (surrounding ¿tirar?) rural communities and ecotourism is the creation of cultural centres, aiming to preserve local traditions by exposing them to eco-tourists attracted by the UC.*

**KEYWORDS:** *Environment. Ecotourism. Sustainable development.*

## **MEDIO AMBIENTE Y USO HUMANO SOSTENIBLE**

### **RESUMEN**

*Este artículo trata sobre las relaciones humanas con la naturaleza y cómo el ecoturismo integra las Unidades de Conservación - UC con un mínimo impacto sobre la naturaleza y un máximo impacto sobre la población. Los objetivos fueron (I) estudiar las relaciones entre la sociedad y la naturaleza; (II) conocer las características de las áreas protegidas; (III) evaluar la viabilidad del ecoturismo como agente de conservación de la naturaleza; (IV) proponer acciones para mejorar el conocimiento y la protección del medio ambiente de la UC a través del ecoturismo. La metodología utilizada se caracteriza por la investigación cualitativa, desarrollada a partir de revisión bibliográfica y el análisis e interpretación de documentos. El ecoturismo estimula el bienestar, buscando despertar nuevos intereses en la población, la generación de conciencia y, en consecuencia, la preservación de la naturaleza. Este está directamente relacionado con el concepto de turismo sostenible, que se refiere a las necesidades de los turistas y las regiones que los reciben. También mantiene la integridad cultural, los procesos ecológicos esenciales, la diversidad biológica y los sistemas de soporte de vida. Se proponen acciones como incentivos fiscales que podrían favorecer el medio ambiente con el fin de captar y canalizar recursos para el sector ambiental y para el ecoturismo. Otras medidas para mejorar la relación entre la UC, las comunidades rurales (de los alrededores ¿tirar?) y el ecoturismo es la creación de centros culturales, con el objetivo de preservar las tradiciones locales al exponerlas a los ecoturistas atraídos por la UC.*

**PALABRAS CLAVE:** *Medio Ambiente. Ecoturismo. Desarrollo sostenible.*

### **1. INTRODUÇÃO**

Esse trabalho aborda as relações humanas para com a natureza e como o turismo pode se integrar nas Unidades de Conservação causando o mínimo impacto possível sobre a natureza e o máximo possível sobre a população, com a finalidade de gerar interesse ambiental à população, sua

conservação, e por consequência uma melhora no desenvolvimento regional sustentável.

### 1.1. SOCIEDADE x NATUREZA

“A conservação é um estado de harmonia entre o homem e a terra. E a terra significa todas as coisas sobre, acima ou dentro dela” (LEOPOLD, 1993). Groskin (1994) afirma que é nas ideias de Leopold que se expressa a filosofia da conservação moderna, seus conceitos de unidade com a Natureza, humildade, respeito para com ela e desejo de cuidar e proteger os seus similares, tornaram-se ideias fundamentais para a filosofia e dignificação da conservação contemporânea.

O Papa Francisco aborda na Encíclica *Laudato Si*, publicada em junho de 2015, que o antropocentrismo moderno colocou a razão técnica sobre a realidade, pois o ser humano nem sente a natureza como norma válida nem como refúgio de vida. A vê sem fazer hipótese, a vê como lugar e objeto de trabalho, sendo indiferente ao que com ela suceda (PAPA FRANCISCO, 2015). Admite que se o ser humano não redescobrir seu verdadeiro lugar, mal entenderá a si mesmo e terminará contradizendo sua própria realidade.

As relações que existem entre os seres vivos e deles com o meio, produzem inúmeros serviços ambientais, que garantem benefícios fundamentais aos seres humanos, como a regulação da temperatura do planeta, o fornecimento de matérias primas, qualidade do ar, contenção de encostas, alimento, energia, entre muitos outros. Historicamente as relações do homem com o ambiente podem ser divididas em quatro fases, conforme descreve Rodrigues (1989).

(I) A primeira fase remete-se a 35 mil anos. Neste período o homem utilizava ferramentas de pedra lascada e vivia em bandos nômades assemelhando-se aos outros animais, destacando-se apenas pela capacidade de manipular o fogo. Nesta fase o impacto da humanidade sobre o ambiente

natural era mínimo, e antes do domínio do fogo era nulo. (II) Na segunda fase, o autor refere-se a aproximadamente 10 mil anos, quando o homem utilizava a agricultura de subsistência e pastoreio como modo de vida, manipulando as plantas e animais, domesticando as espécies que lhe convinham. Assim, o homem primitivo aumentou sua eficiência e utilizou a biomassa do ambiente, passou menos tempo procurando comida e fixando-se em atividades de manipulação e armazenamento dos alimentos cultivados para os períodos de carência. Comparado com a primeira fase, agora a vida causa um impacto 5 vezes maior sobre a natureza. (III) A terceira fase remete, aproximadamente, a 5.500 anos e caracteriza-se pela urbanização. Os locais mais propícios à agricultura foram povoados, criando pequenos vilarejos. Esses foram crescendo até constituírem grandes civilizações como Mesopotâmia e Egito. Nas cidades desse período, o fogo foi muito utilizado em fornos, olarias, forjas de ferreiros, caldeiros, sopradores de vidro e outras oficinas. O impacto dessas cidades foi o equivalente ao de Atenas, Roma e Constantinopla e permanece constante além da Idade Média. Rodrigues (*Op. Cit.*) estima que, nesse período, o impacto sobre a natureza foi 500 vezes maior que o impacto do homem na primeira fase. (IV) A quarta e última fase remete à tecnologia moderna. O início desta fase se dá na Revolução Industrial, a aproximadamente 190 anos. Nesse período a lenha (recurso renovável) é substituída pelo carvão mineral e posteriormente pelo petróleo (recursos não renováveis). O impacto do homem sobre a natureza antes da invenção do automóvel foi de 10.000 vezes ao inicial e esse valor vem aumentando a grandes passos desde então.

Hoje, com a degradação ambiental elevada, aproximadamente 15.000 vezes mais alta que na era pré-histórica, todos os serviços ambientais são de extrema importância para os seres humanos. Moran (2008) explica que as florestas, que garantem o necessário equilíbrio ecológico, são fundamentais para a manutenção dos valores naturais e para a melhoria da qualidade de vida das populações. Elas oferecem fontes de consumo como madeiras,

combustíveis e alimentos, protegem os solos contra erosão, controlam o ciclo e a qualidade da água evitando alagamentos e inundações, neutralizam o gás carbônico liberado constantemente na atmosfera, além de oferecerem valor paisagístico e recreativo.

O equilíbrio da natureza pode ser modificado, e às vezes comprometido, logo que o homem possui uma tecnologia, ainda que primitiva, ou ultrapassa um determinado limite populacional. Dorst (1973) cita que, após as primeiras viagens ao redor do mundo, os europeus descobriram a grande quantidade de riquezas das outras zonas do globo que até então não haviam sido exploradas. Primeiramente a América Central e do Norte foram exploradas, seguidos da Austrália, África e América do Sul. Grande parte dos recursos naturais deste “novos” continentes foram saqueados para o benefício imediato dos exploradores ou para proveito das nações colonizadoras que praticavam, na nova terra, uma economia exploratória de exportação. “Um continente envelhece depressa assim que nós chegamos” (HEMINGWAY, 1935, p. 31).

Na Europa e na Ásia muitas espécies animais e vegetais foram igualmente exterminadas, assim como os equilíbrios naturais modificados. Todavia, estas transformações não foram realizadas no sentido de exploração, e sim em lentas etapas, permitindo que muitos seres vivos encontrassem outros territórios ou se adaptassem, progressivamente, ao ser humano. Para Dorst (1973) são múltiplas as consequências da devastação humana. Diretamente pela depredação e proveito imediatista e indiretamente pela destruição de biótipos inteiros, ligados ao desflorestamento ou secagem de pântanos. Não há dúvida de que muitas espécies da flora e microfauna foram destruídas pelo homem, antes mesmo de conhecê-las.

No século XIX o homem “civilizado” já havia invadido todo o mundo. Seus progressos eram tão monumentais quanto sua devastação; estava-se a caminho de uma erradicação da flora e da fauna selvagens, com exceção de algumas espécies mais resistentes. Para Marsh (1864), alguns homens lúcidos tomaram consciência da grave situação e esboçaram uma reação violenta

cujos efeitos ainda são sensíveis sob a influência de um grupo de naturalistas que anos mais tarde criaram as conferências mundiais sobre meio ambiente. A eles se deve a sobrevivência da natureza selvagem sobre parte do planeta.

Nos dias atuais as contradições nas relações homem-natureza concentram-se principalmente nos processos industriais, geradores de desenvolvimento, empregos, conhecimento e maior expectativa de vida. Porém, o homem se afastou do mundo natural como se não fizesse parte dele. Com o início da era tecnológica e sua crescente popularização, a indústria toma força e contamina cada vez mais o ar que respiramos, a água que bebemos e o solo que nos proporciona alimento, destrói as florestas e os habitat dos animais, colocando em risco o equilíbrio natural do planeta e os próprios seres humanos.

Para Silveira (2014), toda a sociedade é responsável pela degradação ambiental. O rico polui com sua atividade industrial e comercial, o pobre polui por falta de condições econômicas, por viver condignamente e por falta de informações, e o Estado polui por falta de informação e/ou de interesses de seus administradores, gerando uma política desvinculada aos compromissos com a natureza.

Um exemplo da falta de políticas públicas e fiscalização, aliadas aos interesses econômicos de uma minoria de empresários que não se importam em destruir o meio, é a enorme proporção de desmatamento gerado nos últimos anos. Conforme informações do Greenpeace (2015), o Brasil já perdeu 19% da Amazônia e 91% da Mata Atlântica. Esses níveis de destruição mudam a relação da natureza para com o homem, deixando de beneficiá-lo, proporcionando os chamados “desastres naturais” e a falta de recursos até então renováveis como água e alimento, causados pela má relação homem-natureza. Para Gandhi, “o mundo fornece o suficiente para satisfazer as necessidades das pessoas, mas não o suficiente para a cobiça das pessoas” (2008, p. 215).

## 2. OBJETIVOS

### 2.1. OBJETIVO GERAL

Contribuir para a preservação da natureza por meio da discussão de ações ligadas ao ecoturismo.

### 2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estudar as relações entre a sociedade e a natureza;
- Conhecer as características das Unidades de Conservação - UC;
- Avaliar a viabilidade do ecoturismo como agente de preservação da natureza;
- Propor ações que estimulem a conscientização e a proteção ambiental das unidades de conservação por meio de um uso vinculado ao ecoturismo, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável.

## 3. METODOLOGIA

De acordo com os objetivos, a metodologia deste trabalho caracteriza-se como exploratória e qualitativa, desenvolvida a partir de revisão bibliográfica, análise e interpretação de documentos.

A pesquisa aconteceu em 4 etapas: (I) estudo das relações entre sociedade e natureza; (II) caracterização e organização as UC – Unidades de Conservação, conforme a presença ou não de residentes e o grau de preservação da natureza; (III) avaliação da viabilidade de implantação do ecoturismo como agente de conscientização e preservação ambiental; e (IV) proposta de conscientização e proteção ambiental vinculadas ao ecoturismo em Unidades de Conservação.

#### 4. RESULTADOS

##### 4.1. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Conforme o Ministério do Meio Ambiente, MMA (2014a), as Unidades de Conservação - UC - são espaços territoriais relevantes por suas características naturais. Sua função é assegurar a representatividade de amostras das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional preservando o patrimônio biológico existente, assim como incentivar de forma menos insustentável o desenvolvimento de atividades econômicas. Estas áreas estão sujeitas a normas e regras especiais, são legalmente criadas pelos governos federal, estaduais e municipais após a realização de estudos técnicos avançados. Uma UC pode possuir diferentes dimensões e características definindo sua categoria. O principal aspecto a ser avaliado é a presença de pessoas residentes. As UC são divididas em duas categorias por ordem de restrição: Unidade de Proteção Integral - UPI - e Unidade de Uso Sustentável - UUS, cada uma delas ainda subdividida conforme suas diferentes funções (MMA, *Op. Cit.*).

As UPI não podem ser habitadas pelo homem, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, como explicam o MMA (2014b) e o World Wildlife Fund Brasil - WWF Brasil - (2014a). Suas atividades são restritas a pesquisas científicas e turismo ecológico. Estão subdivididas, por ordem de restrição, em 5 categorias: (I) Estação Ecológica - ESEC; (II) Reserva Biológica - REBIO; (III) Parque Nacional - PARNA; (IV) Monumento Natural - MONAT; (V) Refúgio da Vida Silvestre - RVS. As UUS admitem a presença de moradores, tendo como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Como explicam o MMA (2014b) e o WWF (2014b), estas unidades são subdivididas, por ordem de restrição, em 7 categorias: (I) Área de Proteção Ambiental - APA; (II) Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE; (III) Floresta Nacional - FLONA; (IV) Reserva



Extrativista - RESEX; (V) Reserva de Fauna - REF; (VI) Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS; e (VII) Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN.

O primeiro Parque Nacional criado no Brasil é o Parque Nacional da Itatiaia, na região serrana do Rio de Janeiro, em 1937. Recebeu, segundo Diegues (2004), a influência dos naturalistas que afirmavam que a única maneira de proteger a natureza era a de afastá-la do homem, o maior destruidor da natureza, e é baseado no termo *wilderness* (do inglês vida natural ou selvagem), referindo-se a grandes áreas naturais não habitadas, nas quais a natureza permanece intocada e em seu estágio selvagem, e o homem seria apenas um visitante. No decreto de criação do Parque Nacional da Itatiaia pode-se observar a preocupação em relação ao turismo, garantindo que o parque “[...] além das suas finalidades de caráter científico é preciso atender também às ordens turísticas, que se apresentam em condições de fazer do Parque um centro de atrações para viajantes” (BRASIL, 1937).

#### **4.2. TURISMO E TERRITÓRIO**

Uma relação intrínseca entre turismo e território pode ser percebida em Fontoura (2008), a partir da turistificação dos territórios e da seletividade espacial que se transforma em novas funções nesse processo de transformação espacial. A valorização de cada território depende do contexto cultural no qual se insere. Como a cultura é mutável no tempo e no espaço, os territórios turísticos também assumem essa característica. Portanto, lugares turísticos valorizados por algum grupo social podem não ter qualquer significado para outros grupos. Para territórios protegidos, além desta análise, deve-se levar em consideração as dimensões ecológicas e de conservação, para que seja feito um correto planejamento e ordenamento do turismo, buscando promover a sustentabilidade nesses locais. O desenvolvimento do turismo em áreas naturais, conforme Santos Junior (2006), vem aumentando

desde a década de 1980, com o respectivo aumento da preocupação com relação às questões ambientais, pois o ambientalismo se relaciona com o turismo de uma forma harmoniosa de lazer.

O ecoturismo está diretamente relacionado com o elemento natural, com incentivo econômico para a preservação e conservação do meio ambiente. Um plano de desenvolvimento turístico em Unidades de Conservação necessita adequar-se às normas de manejo, além de proporcionar o bem estar das comunidades locais, analisando os aspectos físicos, biológicos e antrópicos da região. Para Santos Junior (*Op. Cit.*) a regulamentação das atividades de uso público pode minimizar os impactos gerados pela atividade desordenada, além de estimular uma nova postura, por meio de atividades que estimulem a educação e interpretação ambiental, como também do ecoturismo e recreação em áreas naturais.

Uma atração turística, também denominada de atrativo turístico ou ponto turístico é, conforme Portugal (1973), um lugar de interesse que turistas visitam, geralmente por seu valor cultural inerente ou exibido, importância histórica, beleza natural ou artificial, originalidade, mistérios, recreação e/ou diversão. Os atrativos são elementos cruciais para motivar os turistas a viajarem, e em geral, a demanda de turistas para um determinado local geram atividades econômicas, tais como hotelaria, gastronomia, excursões, comércios locais, entre outros, além de influenciar no desenvolvimento de infraestrutura (estradas, aeroportos, sinalização, etc.) para o acesso às localidades e pontos de interesse turísticos.

Em 2006, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, junto com a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, divulgou diversas diretrizes para visitação em Unidades de Conservação. A demanda por visitação em UC tem crescido e requer o estabelecimento de diretrizes e normas para que essas atividades sejam realizadas de maneira adequada e compatível aos princípios e objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC -, e a conservação

da biodiversidade. Conforme o MMA (2006) as atividades de visitação requerem princípios lógicos, harmônicos e coerentes, pois são as estruturas fundamentais para as políticas, diretrizes, normas e regulamentação. Seguem alguns dos principais princípios de visitação: (I) O planejamento e a gestão da visitação deverão estar de acordo com os objetivos de manejo da UC; (II) A visitação é um instrumento essencial para aproximar a sociedade da natureza e despertar a consciência da importância da conservação independente da atividade que se pratique na UC, devendo proporcionar acesso a todos os segmentos sociais, além de requerer infraestrutura mínima para as atividades proposta; (III) A manutenção da integridade ambiental e cultural é essencial para sustentar a qualidade de vida e os benefícios econômicos provenientes da visitação; (IV) O planejamento e a gestão da visitação devem buscar a excelência na qualidade dos serviços prestados aos visitantes, devendo satisfazer as expectativas do visitante no que diz respeito à qualidade e variedade das experiências, segurança e necessidade de conhecimento. Esses princípios foram criados para bem atender o visitante, porém deve-se levar em consideração que a natureza têm preferência sobre o visitante e caso no local não se possa realizar tais atividades, a visitação deverá ser restrita a uma quantidade máxima de visitantes por dia, mês ou ano.

#### **4.3. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E PRESERVAÇÃO DA NATUREZA**

Ao incentivar o turismo estimula-se, conforme Oliveira (2005), o investimento em infraestrutura, para assim poder atender a demanda dos visitantes; pode também beneficiar a população local, pois algumas das instalações são disponibilizadas também às populações residentes no destino, como é o caso do aumento de restaurantes, serviços, postos de gasolina, policiais, estradas, instalações públicas de lazer e esportes, e até melhorias de paisagismo nas sedes das cidades e limpeza das ruas.

A relação entre o desenvolvimento local e o turismo, utilizando as áreas protegidas e seu entorno, Teixeira (2010) explica que isso pode auxiliar na preservação de ecossistemas, assim com incrementar uma nova proposta para as populações locais, pois pode ser menos impactante para o meio ambiente. Esse incremento de novas atividades é de grande importância, pois o turismo pode se tornar uma atividade econômica ao presente uso do entorno que gera conflitos e, muitas vezes, está em desacordo com os aspectos legais de proteção da área. Segundo Cavallos-Lascurián (1998), para atingir o desenvolvimento local faz-se necessário o envolvimento da população local no processo de desenvolvimento, para assim criar oportunidades concretas de benefícios socioeconômicos inseridos nos padrões de sustentabilidade. Somente no momento em que a comunidade local obtiver êxito com outras atividades, como por exemplo o ecoturismo, estará contribuindo para a preservação destas áreas protegidas.

A paisagem natural dentro de uma Unidade de Conservação, é para Costa (2002), seu principal atrativo, e quando esse valor de paisagem estética é corrompido compromete a valorização do bem natural. Assim, Spinola (2006) explica que a atividade turística pode ser uma alternativa de conservação e de desenvolvimento local dos espaços naturais protegidos e de suas populações tradicionais, sempre e quando esse desenvolvimento turístico, assim como seus atrativos, estejam em completa harmonia com a UC.

O Ministério do Turismo define ecoturismo como o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivando sua conservação e buscando a formação de uma consciência ambiental por meio da interpretação do ambiente e promovendo o bem-estar das populações locais (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015).

José Carlos Carvalho, ex. Ministro do Meio Ambiente declara que “é papel fundamental do Ministério do Meio Ambiente incentivar o desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis com a conservação dos recursos naturais. Neste contexto, o ecoturismo se apresenta como uma

das alternativas mais viáveis e promissoras [...]” (FERREIRA; COUTINHO, 2002, p. 7).

O Brasil está entre os quatro países mais ricos do mundo em biodiversidade. Aqui vivem grande parte dos seres vivos, animais e vegetais existentes no planeta. O público que se interessa por esses locais prefere roteiros de viagens que auxiliam na conservação da natureza e que gerem benefícios econômicos para as populações locais (FERREIRA; COUTINHO, 2002). Assim, o ecoturismo como forma de turismo ligado ao ambiente natural, alia lazer, cultura e conservação, estimulando o bem estar, orientando despertar novos interesses na população, gerando a conscientização e o amor à natureza e, em consequência, sua preservação.

O ecoturismo é caracterizado, segundo o Ministério do Turismo, pelo contato com ambientes naturais, pela realização de atividades que possam proporcionar a vivência e o conhecimento da natureza e pela proteção das áreas onde ocorre. Ou seja, assenta-se sobre o tripé interpretação, conservação e sustentabilidade. Assim, o ecoturismo pode ser entendido como as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza, comprometidas com a conservação e a educação ambiental (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015).

Desse modo, o ecoturismo está diretamente relacionado com o conceito de turismo sustentável, que relaciona as necessidades dos turistas e das regiões que os recebem, protegendo e fortalecendo oportunidades para o futuro, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida.

## 5. CONCLUSÃO

Os esforços por preservar o meio ambiente devem iniciar pela conscientização, pois apenas se preserva e se ama aquilo que se conhece. Neste sentido, os Centros de Interpretação da Natureza cumprem um

importante função, principalmente se ligados ao turismo ecológico em ambientes naturais com atrativos que aliam lazer, cultura e conservação. A criação desses centros dentro de uma Unidade de Conservação atrai visitantes e estimula o ecoturismo, que por sua vez promove o desenvolvimento sustentável.

Para que o visitante da UC possa melhor entender e usufruir os espaços de preservação é importante que possa entender o que acontece no local antes de sua chegada. No centro dos municípios deve haver um centro de informações com todas as características da UC, atrativos e meios de hospedagem, gerando curiosidade e atraindo mais pessoas para a UC.

Uma importante ação para a melhoria na relação entre as UC, as comunidades rurais do entorno e o ecoturismo é a criação de centros culturais rurais, próximo às residências dos moradores. Esses centros teriam o objetivo de preservar tradições, artesanato e culinária, expondo-as aos ecoturistas atraídos pela UC. Junto a esses centros, pode-se implantar feira de produtos artesanais e orgânicos, para venda dos produtos cultivados pelas comunidades rurais, beneficiando os moradores locais, mantendo seus assentamentos e contribuindo com sua renda, além de criar infraestrutura necessária, tanto para os ecoturistas como para os moradores. Nessa área rural, junto aos assentamentos, deve-se tomar especial cuidado com margens de rios e encostas íngremes, para que essas implementações não conflitem com a natureza local.

Já nos espaços no interior das UC, os acessos principais aos centros de visitantes, restaurantes, banheiros, devem possuir acesso universal, áreas bem demarcadas e infraestrutura adequada às atividades propostas. Visto que atividades de cunho ecológico são realizadas, cada vez mais, por todo tipo de pessoas, é importante possuir, além de áreas para acampamento, alojamento adequado para todos os tipos de público, idosos, deficientes físicos, etc.

Em dezembro de 1991 foi criada a Lei Rouanet que, conforme Arantes (2009), instituiu políticas públicas para a cultura nacional, cujas diretrizes

estabelecidas tem base na promoção, proteção e valoração das expressões culturais nacionais. A grande importância dessa lei está nos incentivos fiscais que possibilitam empresas e cidadãos aplicarem uma parte do Imposto de Renda devido a ações culturais. O percentual disponível para Pessoa Jurídica é de 4% e para Pessoa Física é de 6%, o que já permitiu que em um ano fossem investidos 1 bilhão de reais na cultura. Arantes (*Op. Cit.*) explica que a lei surgiu para educar as empresas e cidadãos a investirem em cultura. Com o benefício no recolhimento do imposto, a iniciativa privada se sente estimulada a patrocinar eventos culturais, posto que o patrocínio, além de fomentar a cultura, valoriza a marca das empresas junto ao público. Ações como essas podem favorecer também o meio ambiente. Assim como a Lei Rouanet está para a cultura, poder-se-iam propor incentivos fiscais por meio de um Programa Nacional de Apoio à Natureza, cuja finalidade seria a captação e canalização de recursos para o setor ambiental. Outro setor que poderia se beneficiar com as iniciativas é o ecoturismo que, com infraestrutura adequada e por meio de pequenas ações, poderia conscientizar o cidadão não apenas para a importância da conservação, mas também para separar parte do seu Imposto de Renda devido para o Programa Nacional de Apoio à Natureza.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, S. Lei Rouanet. **Folha de São Paulo**; 20 Jul. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2009/07/597440-nova-lei-rouanet-empaca-no-calendario.shtml>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

BRASIL. **Decreto n. 1.713**, de 14 de junho de 1937. Cria o Parque Nacional de Itatiaia. Disponível em: <[www.lei.adv.br/1713-37.html](http://www.lei.adv.br/1713-37.html)> Acesso em: 06 out. 2014.

CABALLOS-LASCURÁIN, H. **Ecoturismo: naturaliza y desarrollo sostenible**. México: Diana SA, 1998.

COSTA, P. C. **Unidades de Conservação: matéria prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. 4ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

DORST, J. **Antes que a natureza morra**. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 1973.

FERREIRA, L. F; COUTINHO, M. do C.B. **Ecoturismo**: Visitar para conservar e desenvolver a Amazônia. Brasília: MMA/SCA/PROECOTUR, 2002.

FONTOURA, L. M. **Turismo em Unidades de Conservação e Planejamento Territorial**: Um Foco no Parque Estadual de Vila Velha – PR. Trabalho apresentado ao GT- 12 “Turismo e Recursos Naturais” do V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 27 e 28 de jun de 2008. Disponível em: <[http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20posgraduacao/strictosensu/teste/turismo/seminarios/semin\\_tur/trabalhos/arquivos/gt12-09.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20posgraduacao/strictosensu/teste/turismo/seminarios/semin_tur/trabalhos/arquivos/gt12-09.pdf)> Acesso em: 06 out. 2014.

GANDHI, M. In: MORAN, E. F. **Nós e a Natureza**: Uma introdução às relações homem - ambiente. São Paulo: Senac SP, 2008.

GREENPEACE. **Dia de proteção das florestas**: Nossas árvores pedem socorro. 17 Jul. 2015. Disponível em: < <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/dia-da-protecao-das-florestas-nossas-arvores-pedem-socorro/>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

GROSKIN, R. Avian conservation: the veterinarian's role. In Ritchie, B.W.; Harrison, G.J. e Harrison, R.L. (Org.). **Avian medicine**: Principles and application. Lake Worth: Wingers Publishing, 1994.

HEMINGWAY, E. Green hills of Africa. Londres: Charles Scribner's sons, 1935. In: DORST, J. **Antes que a natureza morra**. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 1973.

SANTOS u, O. D. **O desenvolvimento do turismo em unidades de conservação**: Caracterização do uso público no Parque Estadual da Ilha do Mel - PR. Dissertação de mestrado em Turismo e Hotelaria. Balneário Camboriú: Universidade do Vale do Itajaí, 2006. Disponível em: <[http://www6.univali.br/tede/tede\\_busca/arquivo.php?codArquivo=225](http://www6.univali.br/tede/tede_busca/arquivo.php?codArquivo=225)> Acesso em: 10 maio 2014.

MARSH, G. P. Man and nature: or Physical Geography as Modified by Human Action. Londres, 1864. In: DORST, J. **Antes que a natureza morra**. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 1973.

MT - MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo**. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/turismo/programas\\_acoes/regionalizacao\\_turismo/estruturacao\\_segmentos/ecoturismo.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_segmentos/ecoturismo.html)> Acesso em: 21 jun. 2015.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Brasília. 2006.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Unidades de Conservação**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>> Acesso em 27 ago. 2014a.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Categorias das Unidades de Conservação**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/categorias>> Acesso em 06 out. 2014b.

MORAN, E. F. **Nós e a Natureza**: Uma introdução às relações homem – ambiente. São Paulo: Senac SP, 2008.



OLIVEIRA, A. C. A atividade turística e seus efeitos à população local: um paradoxo. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.5, n3, 2005.

PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica *Laudato Si***. Vaticano: Vaticano, jun. 2015. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si\\_po.pdf](http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2015.

PORTUGAL. Decreto Lei 32/73, de 6 de fevereiro de 1973. Disponível em: <<http://dre.tretas.org/dre/236526/>> Acesso em: 03 ago. 2015.

RODRIGUES, S. de A. **Destrução e equilíbrio**: o homem e o ambiente no espaço e no tempo. São Paulo: Atual, 1989.

SILVEIRA, A. **Homem - Natureza**: A nova relação ética. 26 Out. 2014. Disponível em: <<http://www.ultimaarcadenoe.com.br/homem-natureza/>> Acesso em: 22 jul. 2015.

SPINOLA, C. De A. O ecoturismo, o desenvolvimento local e a conservação da natureza em espaços naturais protegidos: objetivos conflitantes? **Revista de Desenvolvimento Economico**, v. 13, ano 8. Salvador, jan. 2006.

TEIXEIRA F. P. **Gestão do conhecimento aplicada à gestão sustentável do turismo em parques nacionais**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. jul. 2010. Disponível em: <[http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/11/Fernanda\\_Pires\\_Teixeira.pdf](http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/11/Fernanda_Pires_Teixeira.pdf)>. Acesso em: jun.2013.

WWF Brasil - World Wildlife Fund. **UC de Proteção Integral**. Disponível em: <[http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/questoes\\_ambientais/unid/protint/](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/unid/protint/)> Acesso em 06 out. 2014a.

WWF Brasil - World Wildlife Fund. **UC de Uso Sustentável**. Disponível em: <[http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/questoes\\_ambientais/unid/unid\\_us/](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/unid/unid_us/)> Acesso em 06 out. 2014b.